

Pacote fiscal beneficiará Estados e Municípios

BRASÍLIA — O pacote tributário que será adotado nos próximos dias poderá representar quase o dobro das necessidades de receitas adicionais do Governo para fechar o Orçamento da União de 89. O Governo só precisa arrecadar cerca de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) para equilibrar as suas contas. Mas, como tudo o que ele obtiver com as medidas tributárias terá que transferir 42,5% para os Estados e Municípios, por força da nova Constituição, o pacote terá que ser bem maior.

Esse foi o dilema que levou cerca de 400 técnicos que elaboraram o Or-

çamento, durante três meses, quase à exaustão. Eles perceberam, desde o início, que qualquer medida para elevar a receita da União beneficiaria também os Estados e Municípios. Portanto, o pacote fiscal, cujo ônus político recairá sobre o Governo federal, terá sua receita dividida quase pela metade com os Governos estaduais e as Prefeituras.

As medidas necessárias a este aumento de receita na área do sistema financeiro, de redução dos subsídios e incentivos e contenção da evasão fiscal, além do aumento da carga tributária para pessoas jurídicas esta-

rão relacionadas na exposição de motivos que acompanha o Orçamento da União, que será entregue hoje ao Presidente Sarney. As projeções indicam que se as propostas forem rejeitadas, a receita tributária líquida não ultrapassará os 4,7% do PIB. O Ministro do Planejamento insiste em que ela fique em 7% do PIB.

● CEBRAE — Embora tenha anunciado segunda-feira passada a extinção do Cebrae e outros cinco órgãos vinculados ao seu Ministério, o Ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, divulgou ontem nota à imprensa afirmando que jamais pretendeu extinguir o Cebrae mas, ao contrário, pretende revitalizá-lo e torná-lo autônomo.